

# EDUCAÇÃO EM/PARA DIREITOS HUMANOS COM A METODOLOGIA DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS

*Danielle Yurie Moura da Silva<sup>1</sup>  
Raquel Rosan Christino Gitahy<sup>2</sup>*

*Recebido em 16/08/2023  
Aceito em 20/02/2024*

## RESUMO

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como a metodologia ativa da Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) pode auxiliar na construção do pensamento crítico reflexivo no que se refere aos Direitos Humanos. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa do tipo intervenção. Foram participantes 05 alunos do ensino médio de uma rede pública estadual e a professora que também atuou como pesquisadora. Para a aplicação da metodologia PBL, foi elaborado um problema com a temática injustiça/desigualdade social. Foram usados para a coleta de dados, a observação dos sete passos do PBL feitos no grupo durante a discussão do problema, os documentos de registro de todos os passos do PBL elaborados pelo relator dos grupos, e um documento de resolução do problema em formato de redação, que foi elaborado de forma colaborativa. A análise dos dados permitiu verificar que o PBL foi avaliado positivamente pelo grupo em função da sua estrutura e didática, de forma que, além de construir conceitos sobre Direitos Humanos, possibilitou a aprendizagem mais ativa e colaborativa.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação; Direitos Humanos; metodologia ativa; aprendizagem baseada em problema.

## EDUCATION IN/FOR HUMAN RIGHTS WITH THE PROBLEM-BASED

### LEARNING METHODOLOGY

#### ABSTRACT

The general objective of the research was to analyze how the active methodology of Problem-Based Learning (PBL) can help in the construction of reflective critical thinking with regard to Human Rights. The methodology used was qualitative research of the intervention type. Participants were 05 high school students from a public state network and the teacher who also acted as a researcher. For the application of the PBL methodology, a problem with the theme of social injustice/inequality was elaborated. For

<sup>1</sup> Professora na Faculdade de Direito do Centro Universitário La Salle - UNILASALLE/Lucas (2021) nas disciplinas de Criminologia, Direito da Criança e Adolescente, Práticas Públicas e Prática Penal, História do Direito e Direito Internacional e Direitos Humanos; Professora de Legislação aplicada ao Agronegócio no curso de Agronegócio do Centro Universitário La Salle - UNILASALLE/Lucas (2023) . Foi Professora na Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, na disciplina de Direito Penal e Direito Processual Penal (2016 -2021). Possui um canal no Youtube com temas relacionados a Direito Penal intitulado "Maravilhoso Mundo do Direito Penal" (2020). Possui Mestrado em Educação pela Universidade do Oeste Paulista (2020). Possui Especialização em Avaliação do Ensino e Aprendizagem pela Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE (2017). Especialização em Direito Empresarial pela Universidade Cândido Mendes - UCAM (2016). Graduação em Direito pela Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE (2015). Possui experiência em estágio realizado no Escritório Piloto da Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE (2015).

<sup>2</sup> Doutora em Educação, Pedagoga, Bacharel em Direito. Avaliadora do MEC-INEP. Docente da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)

data collection, the observation of the seven steps of the PBL performed in the group during the discussion of the problem, the documents recording all the steps of the PBL prepared by the rapporteur of the groups, and a document of resolution of the problem in format of essay, which was prepared collaboratively. Data analysis allowed us to verify that the PBL was positively evaluated by the group due to its structure and didactics, so that, in addition to building concepts about Human Rights, it enabled more active and collaborative learning.

**Keywords:** Education; Human rights; active methodology; problem-based learning.

## 1 INTRODUÇÃO: EDUCAÇÃO EM/PARA DIREITOS HUMANOS

A educação é um direito garantido. Apesar de haver expressa previsão de uma educação em Direitos Humanos, existe ainda enormes desafios a serem enfrentados, muitos ainda devido a forma errônea como esse assunto é entendido e também por ser muitas vezes tratado apenas de forma superficial, tanto pela sociedade como no âmbito escolar, mostrando inclusive certa resistência a essa temática.

Assim, é necessário que se compreenda a finalidade de uma Educação em Direitos Humanos, ou seja, a de fazer com que as pessoas se despertem para seus direitos. Como bem salientou Benevides, Amorim e Rego (2018, p.292) “Fruto do amadurecimento do debate sobre os direitos humanos e, reconhecidamente, partícula indispensável para a proteção e o respeito a esses direitos, a EDH advoga em favor da ampliação da cidadania, do aprofundamento da democracia e do desenvolvimento das sociedades”. Algumas ações tanto em âmbito nacional como internacional viabilizam, desde muito antes da previsão ou instituição desses direitos em nossa Carta Magna. Instrumentos normativos elaborados inicialmente pela Carta das Nações Unidas de 1945 requisitaram aos países adeptos promoverem e estimularem práticas que respeitassem tais direitos. Isso também foi repetido na Conferência Mundial das Nações Unidas, em Viena, no ano de 1993, entretanto com mais imperatividade, pois determinou a responsabilidade que o Estado deve ter, tanto na educação formal como na não formal.

Mas a EDH não é uma estratégia de fácil aplicabilidade, pois como bem salientou Santos e Pereira (2018, p.159) “O ensino em direitos humanos insere-se num contexto interdisciplinar do processo de aquisição de conhecimento, estando interligado por diferentes práticas pedagógicas, sendo permeado pelas diversas ressignificações no contexto da prática”

Seguindo esse pensamento, temos o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1992), que expressa em seu art. 13, seção 1, que: “a educação deve ser direcionada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e para o senso de dignidade da própria pessoa”. No mesmo artigo temos que os Estados que são signatários do

Pacto devem preparar as pessoas para uma sociedade livre e justa.

Temos também a Cartilha de Educação e Justiça (2009) postada na plataforma DhEsca Brasil, que determina as dimensões do direito à educação, mostrando que ela não é apenas um direito humano, mas uma garantia que viabiliza, a partir dela, promover os Direitos Humanos, fazendo com que outros tantos direitos não sejam desrespeitados. Logo, são estas as dimensões que a cartilha traz (Rizzi; Gonzalez; Ximenes, 2009, p. 15):

- 1) Direito humano à educação – não se resume ao direito de ir à escola. A educação deve ter qualidade, ser capaz de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, responder aos interesses de quem estuda e de sua comunidade.
- 2) Direitos humanos na educação – o exercício do direito à educação não pode estar dissociado do respeito a outros direitos humanos. Não se pode permitir, por exemplo, que a creche ou a escola, seus conteúdos e materiais didáticos reforcem preconceitos. Tampouco se deve aceitar que o espaço escolar coloque em risco a saúde e a segurança de estudantes, ou ainda que a educação e a escola sejam geridas de forma autoritária, impossibilitando a livre manifestação do pensamento de professores e estudantes, bem como sua participação na gestão da escola.
- 3) Educação em Direitos Humanos – os direitos humanos devem fazer parte do processo educativo das pessoas. Para defender seus direitos, todas as pessoas precisam conhecê-los e saber como reivindicá-los na sua vida cotidiana. Além disso, a educação em direitos humanos promove o respeito à diversidade (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras), a solidariedade entre povos e nações e, como consequência, o fortalecimento da tolerância e da paz. No caso da educação básica, esses princípios, características e dimensões precisam estar presentes na formação dos profissionais da educação, nos materiais didáticos, no conteúdo das aulas e até na gestão da escola e na sua relação com a comunidade. Tanto o que se ensina como o modo como se ensina precisam estar de acordo com os direitos humanos e estimular a participação e o respeito. Isso é o que propõe o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, cuja segunda versão foi concluída em 2006.

Outro grande instrumento que viabilizou a adoção dessa política foi o Decreto nº 1.904/96 (BRASIL, 1996), que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), o qual objetivava a promoção e defesa desses direitos, assumindo o compromisso do Brasil para consolidá-los.

Na busca da promoção da Educação em Direitos Humanos, criou-se um Comitê que elaborou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), reformulado em 2010, lançando-se assim o PNDH-3, que possui em um dos seus eixos o tratamento especial para promover uma Educação em Direitos Humanos.

Diante de tudo isso apresentado, como tornar efetiva a Educação em Direitos Humanos? Como possibilitar a construção do indivíduo facto? Como incitar a reflexão diante dos problemas sociais? É o que veremos no próximo tópico.

## **2 A CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO FACTO E A METODOLOGIA ATIVA DE APRENDIZAGEM**

A fim de refletirmos sobre a temática dos Direito Humanos, é essencial uma metodologia de aprendizagem que prime pelo protagonismo do estudante, que o coloque como agente ativo da construção do conhecimento. Na presente pesquisa fez-se a opção pela metodologia ativa Problem-Based Learning (PBL), em português: Aprendizagem Baseada em Problemas.

O PBL é uma metodologia que se estabelece mediante a investigação de problemas, que precisam ser vivenciados no cotidiano dos estudantes, para que eles possam adentrar naquela situação a ponto de desejar apresentar uma solução como se fizessem parte dela. Professores e discentes, nessa abordagem, analisam, buscam entender e se propõem a solucionar o problema que deve ter sido meticulosamente preparado, a fim de garantir um aprendizado predeterminado para aquela situação proposta. A história que envolve os problemas a serem abordados deve conter fatos presentes na vida cotidiana dos alunos, tanto no âmbito escolar como no contexto familiar e social, pois essa ligação com a realidade vivida que fará com que eles busquem soluções (Torp; Saige, 2002).

Dentro dessas características, o PBL possui seis elementos que norteiam a sua metodologia: “o problema, os grupos tutoriais, o tutor, o estudo individual, a avaliação do estudante e os blocos ou as unidades através dos quais se estrutura o currículo” (Mamede, 2001, p. 29).

Nesse sentido, o PBL passa a ser uma estratégia que abrange situações baseadas na vida real e a sua resolução não é feita somente pelo professor, mas ela é realizada pelos alunos, que são separados em equipes pequenas, chamados de “grupos tutoriais”, sob a supervisão do professor que, nesse caso, denomina-se de “tutor”, pois tem como objetivo orientar os estudantes na busca das possíveis soluções, e é por meio desses grupos que o processo se desenvolve (Mamede, 2001).

A presença do tutor nesse processo é de suma importância para que a orientação da atividade possa se desenvolver com a eficácia esperada. E suas funções são

[...] de estimular o processo de aprendizagem dos estudantes e de ajudar o grupo a conduzir o ciclo de atividades do PBL, utilizando-se de diversos meios, dentre eles a apresentação de perguntas – e não de respostas, como é o papel do professor nos currículos tradicionais – e sugestões. (Mamede, 2001, p. 30).

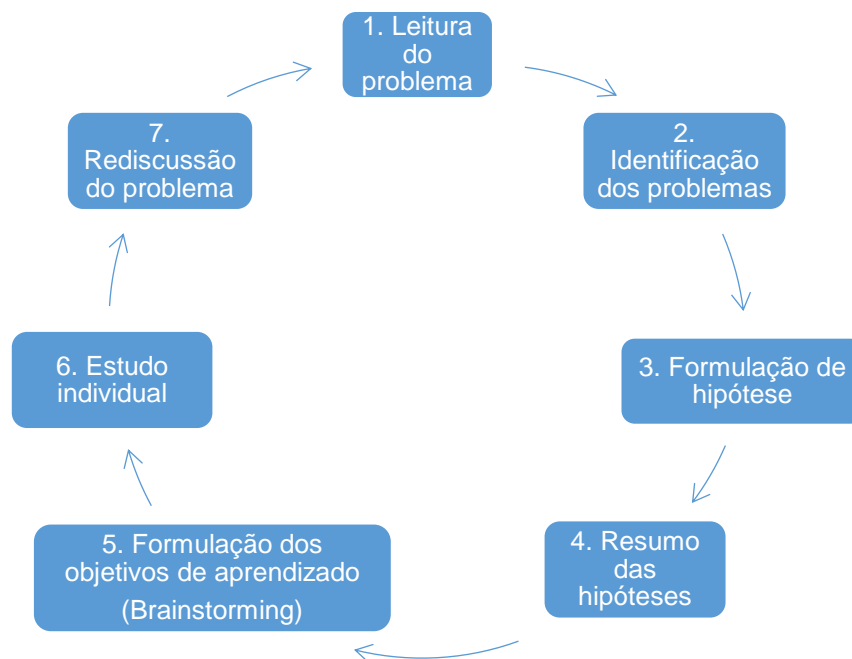
O PBL estimula o estudante a ser ativo, assim ele começa a ter uma postura mais dinâmica, o que futuramente proporcionará a ele atitudes e habilidades com mais autonomia, raciocínio rápido e uma boa comunicação, mostrando que essa estratégia de educação formativa, e não apenas informativa, transforma a vida do estudante (Coelho, 2016).

Isso porque, com as discussões realizadas, o aluno contribui com seu conhecimento e suas experiências em todos os encontros, e conforme vai adquirindo mais conhecimento, mais ele interage com o grupo e todos acabam oferecendo sempre alternativas, que são discutidas e levadas para uma melhor resolução (Malheiro; Diniz, 2008).

O PBL tem início com a exposição do problema aos alunos, e os mesmos deverão buscar seus conhecimentos partindo de três questões: O que eles já sabem do problema exibido? O que eles têm a necessidade de saber? Como eles podem conseguir informações para a resolução do problema? (Pierini, 2015).

Para auxiliar a aplicação, Schmidt (1983 apud Deelman; Hoerberigs, 2009) a organizou numa estrutura que recebeu a denominação de sete passos, com o intuito de auxiliar tanto o professor como os estudantes, mostrando como analisar os procedimentos. Assim, esses grupos atuam nesta estrutura:

Figura 1: Sete passos do PBL



Fonte: Adaptado de Berbel (1998, p. 147).

Conforme a figura, ao receber o problema, os alunos devem realizar:

1. Leitura do problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos; 2. Identificação dos problemas propostos pelo enunciado; 3. Formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior (os alunos se utilizam nesta fase dos conhecimentos de que dispõem sobre o assunto); 4. Resumo das hipóteses; 5. Formulação dos objetivos de aprendizado (trata-se da identificação do que o aluno deverá estudar para aprofundar os conhecimentos incompletos formulados nas hipóteses explicativas); 6. Estudo individual dos assuntos levantados nos objetivos de aprendizado; 7. Retorno ao grupo tutorial para rediscussão do problema frente aos novos conhecimentos adquiridos na fase de estudo anterior. (Berbel, 1998, p. 147).

Constata-se que nessa abordagem o centro é o estudante, e com isso, ele passa a desempenhar um papel ativo no processo, deixando de ser mero ouvinte e dando lugar a buscar o conhecimento para resolver o problema.

Diante do exposto, é necessário entender o porquê as metodologias ativas, mais especificamente o PBL, são importantes para auxiliar o aluno na passagem do indivíduo de *jure* para o de *facto*.

Dessa maneira, é evidente que o PBL ajuda os estudantes a se tornarem protagonistas da aprendizagem, visto que o conhecimento não será só apresentado a ele, mas, nesse tipo de abordagem, que tem como foco a construção do processo como um todo, os alunos precisam buscar conhecimento e, portanto, constroem seus saberes.

Por meio da metodologia PBL, o professor utiliza como forma de instrução “um processo que oferece meios para que se possa desenvolver a capacidade de análise de situações” (Berbel, 2011, p. 29). Ele orienta o estudante a pensar de forma autônoma.

Constata-se, portanto, que a metodologia PBL auxilia na formação do cidadão, que, como já visto, é a fase transitória para que o indivíduo se torne um sujeito de *facto*, analisando as situações, avaliando as possibilidades e selecionando as informações (Bauman, 2008).

Consequentemente, o aluno participa de forma mais ativa na construção do seu conhecimento e isso se reflete nas situações do seu cotidiano, pois ele exercerá a autonomia que será recuperada por meio da curiosidade. E isso decorre quando o desejo de aprender e conhecer se torna uma habilidade própria do sujeito, ou seja, quando ele é motivado nessa busca.

Logo, quando se usa o PBL, viabiliza-se o desenvolvimento da habilidade de aprender a fazer, pois as situações apresentadas aos alunos tangem sua realidade, pois eles “tem um contato com problemas reais e aprende a buscar soluções para eles mesmos antes de estarem vivendo tais situações” (Altino Filho; Alves; Silva, 2017, P. 5).

Por isso, ao usar o PBL, os alunos se tornam mais criativos e autônomos. Bauman (2008, p. 141) afirma que: “não existem indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma, e a autonomia da sociedade requer uma autoconstituição deliberada e decidida, que só pode ser uma realização compartilhada de seus membros”. Em vista disso, é importante motivar a autonomia dos indivíduos para que desejem alcançar a “autonomia da sociedade”.

Fica, portanto, evidente que a utilização do PBL constitui uma ferramenta para desenvolver nos alunos a capacidade de concretizar a sua liberdade de facto, fazendo com que o indivíduo possa se tornar um ser crítico e autônomo, e assim transformar a sociedade em que vive.

### **3 DESENHO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa, sendo uma pesquisa intervenção. A palavra intervenção é empregada para designar as pesquisas na área educacional nas quais práticas inovadoras são implementadas com a finalidade de melhorar o aprendizado dos alunos envolvidos na pesquisa.

Como envolvidos, ou seja, participantes da pesquisa, tivemos cinco estudantes do segundo ano do ensino médio e também a professora voluntária, que também era a pesquisadora. A pesquisa, por envolver seres humanos foi cadastrada no comitê de ética e obteve aprovação Ética na Plataforma Brasil sob o número CAAE 03905418.7.0000.5515.

Para a aplicação da metodologia PBL foi elaborado um problema envolvendo a temática injustiça/desigualdade social. Foram usados para a coleta de dados, a observação dos sete passos feitos no grupo, os documentos de registro de todos os passos do PBL elaborados pelo relator dos grupos, e um documento de resolução do problema em formato de dissertação elaborado de maneira colaborativa pelo grupo no Google Docs.

A análise dos dados foi elaborada a partir da leitura flutuante dos dados coletados, triangulando com a teoria, o que permitiu a criação das seguintes categorias temáticas: 1) construção de conhecimento em Direitos Humanos; 2) capacidade de resolução de problemas e 3) trabalho colaborativo.

### **4 A INTERVENÇÃO**

A intervenção aconteceu no período de maio a junho, uma vez por semana, das 14h às 16h em média. Para que o anonimato dos alunos seja garantido, eles serão identificados pela

letra “A” acompanhada de um número que irá variar de 1 a 05 .

Para iniciar a descrição do processo, insta relatar a primeira impressão que se teve ao observar os alunos e o ambiente educacional. No dia em que demos início ao projeto, a pesquisadora entrou primeiramente sozinha na sala e ficou aguardando os alunos chegarem. Pôde notar que a sala de aula estava com mobiliários dispostos com cadeiras enfileiradas e uma mesa posta à frente dessas carteiras, centralizada, reservada ao professor e atrás dela o quadro negro. Foi solicitado aos estudantes que mudassem o layout da sala e organizassem as carteiras em formato de círculo, formando os grupos.

Era nítido que eles não estavam acostumados a ficar dessa maneira, tanto que ficaram um pouco intimidados no início da atividade. Depois de formados os grupos, que foi feito por sorteio pelo aplicativo Chwazi, foi explicado a eles como a metodologia funcionaria e como iríamos chegar até o produto final, que era o interesse deles. Na sequência, apresentou-se o quadro referencial, sendo explicado como deveriam preenchê-lo item a item. Inclusive foi solicitado que eles determinassem quem seria o: a) líder, que conduziria o grupo; b) relator, que deveria registrar tudo; c) porta-voz, cuja função era explicar as ideias do grupo. Após as escolhas, deveriam anotar os nomes no quadro referencial. O quadro é um importante recurso nessa metodologia, pois é por meio dele que os alunos irão apresentar aquilo que já sabem e as hipóteses que irão buscar para a solução do problema.

Então foi distribuída uma cópia do problema a cada aluno que estava presente, veja:

João, morador da zona rural da cidade de Porecatu/PR, sempre foi um menino muito estudioso. Seus pais eram cortadores de cana, mas, com o fechamento da única usina da cidade, ficaram desempregados e hoje vivem de pequenos ‘bicos’. Há dias que a única refeição que João tem é a que a escola disponibiliza no intervalo. Desde criança seu sonho era ser médico. Quando cursava o ensino médio, sempre se destacou, inclusive no ENEM, obtendo nota de 891,05 pontos, que permitiu que ele pudesse entrar no curso de Medicina na cidade de Londrina/PR na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e realizar seu sonho.

Acontece que os pais de João não têm condições de mantê-lo no curso, uma vez que eles se encontram desempregados. Ocorre ainda que o curso de Medicina é integral, logo, João terá que morar em Londrina. Diante disso, quais serão os desafios que João deverá superar para poder cursar Medicina? Qual a responsabilidade do Estado diante da situação relatada? E neste contexto, você deverá apresentar soluções para que João possa realizar seu sonho.

Primeiramente, foi dito a eles que realizassem uma leitura individual, nesse momento todos ficaram bem quietos, concentrados, mas não somente porque estavam compenetrados na leitura, era como se estivessem sendo pressionados a entenderem tudo no primeiro momento.

Depois da leitura foram convidados a debaterem e exporem suas ideias. De início, fizeram num tom de voz bem baixo, demonstrando receio do que falavam, mas depois foram se soltando.

Os alunos chamavam a professora a todo instante, buscando muito um direcionamento



com o intuito de saber se suas ideias estavam corretas. Era nítido que eles estavam desconfortáveis, uma vez que estavam acostumados com o professor direcionando suas ações. Não estavam sabendo lidar direito com uma metodologia que os colocava no centro do aprendizado (Delisle, 2000). Estavam um pouco confusos com o seu papel. Perguntavam-me a todo instante (A3): “Professora, é isso que você quer que façamos?” Outro aluno (A1) relatou: “Isso é muito difícil, não estamos acostumados com isso, acho que não dará certo!”.

Como estava sendo a primeira experiência com o PBL, o processo de buscar os conhecimentos prévios ocorria de maneira mais lenta, isso porque eles não foram de antemão preparados para esse tipo de abordagem. Dessa forma, longas pausas, a falta de ideias e a busca de mudar o foco do problema são bem comuns (Schmidt, 2001).

De início, optaram pelas soluções mais simples, por exemplo, o aluno A3: “Ah, eu acho que o ‘João’ deve desistir, eu também queria fazer medicina e minha mãe já disse que não pode me manter, então tive que desistir também”.

Depois desse comentário, a pesquisadora percebeu que precisava intervir, isso porque o papel do professor nessa metodologia é de orientador (LOPES et al., 2019). Dessa forma, levantou-se o seguinte questionamento: “Vocês viram a nota do ENEM do João, pensem nele como um amigo de vocês. Vocês iriam dizer isso a ele? Que simplesmente ele deveria desistir do seu sonho, mesmo tendo se dedicado sempre aos estudos!”

Naquele dia, durante as discussões e debates que faziam sobre o problema, pôde-se notar que eles não sabiam quase nada sobre os direitos que possuem quanto à educação. Acreditavam que o Estado tem o dever de proporcionar educação até o ensino médio.

Logo, eles acabaram propondo estas medidas: fazer rifas; pedir ajuda no comércio local, ou na sua cidade, ou até mesmo em Organizações Não Governamentais (ONGs); que ele arrumasse trabalhos nos horários em que não estivesse estudando, inclusive podendo ser na própria instituição de ensino.

Nota-se que as soluções são bem superficiais, em nenhum momento pensou-se em buscar o que “João” tinha como direito. O único comentário que teve foi realizado satirizando, no sentido que existe “bolsa” para tudo, então deve existir uma assim também.

Antes de terminar a primeira sessão, foi combinado com os alunos em criar um grupo no WhatsApp para cada equipe, para que pudéssemos colocar uma foto do Quadro Referencial dos Passos do PBL que eles preencheram e também do problema. Nesse momento, foi orientado a eles que não fizessem nenhuma pesquisa, pois na próxima sessão faríamos uma redação apenas com os conhecimentos que eles tinham sobre o assunto.

Na semana seguinte, demos início a segunda sessão e para dar continuidade, mudamos

novamente de ambiente. Como nessa aula eles começariam a fazer a redação no Google Docs, fomos para a sala de informática. O layout de lá ainda não é propício para um aprendizado colaborativo, pois os alunos ficavam lado a lado. Por conta disso, houve um pouco de dificuldade para o grupo debater às vezes, pois alguns estavam mais longe.

Insta relatar que essa etapa foi um pouco mais demorada, isso porque nenhum deles havia usado ainda o recurso no Google Docs, e mesmo tendo nascido numa era digital, eles não estavam acostumados com o computador em si, notou-se que sabem mexer muito no celular, o que não ocorre quando usam o computador. Outro problema foi quanto ao e-mail, eles até possuíam conta no Google, mas a maioria não lembrava a senha do e-mail. Relataram que no celular não era preciso memorizar, pois entravam automaticamente.

Quando finalmente todos conseguiram acessar o documento, ficaram um pouco nervosos por terem que realizar a redação em conjunto. Tanto que, no início, cada um escreveu isoladamente, ou seja, estavam fazendo sozinhos a redação.

Eles não estavam sabendo lidar com essa nova experiência. Ao ler o que eles já haviam escrito, foi necessário intervir no grupo, pois nessa fase o professor tem um papel de guia. Assim, levantou-se questionamentos sobre como eles estavam escrevendo, tais como: “A redação está tendo unicidade, ou ela mostra que são várias pessoas que a estão escrevendo? Eu poderia juntar todos os parágrafos e o texto ficaria coerente?”.

Como demoramos para acessar o Google Docs, a redação não pôde ser concluída naquele dia. Então ficou combinado que no próximo encontro a terminaríamos. Vale também dizer que somente o grupo um estava presente nesse dia. Nenhum aluno do grupo dois apareceu. Quando perguntei a eles no grupo do WhatsApp sobre a ausência na sessão, uma das alunas respondeu que não poderia ir mais, pois não teria mais tempo, e outras duas me disseram que somente naquele dia que não puderam ir, mas que no próximo encontro estariam lá.

Na terceira sessão, os alunos já estavam bem mais à vontade, tanto com a professora quanto com o ambiente de estudo. Ao chegarem à sala de informática, eles foram aos computadores que iriam utilizar, ligaram e acessaram o e-mail com o link para darem continuidade à redação, sem a necessidade de serem conduzidos para fazer isso.

Notou-se que eles iniciaram a redação com uma postura diferente. Nessa sessão, mesmo estando individualmente em um computador, começaram a escrever juntos, porém houve alguns momentos em que apenas um dos alunos ficou arrumando a redação, os outros estavam dispersos, conversando sobre outros assuntos. Foi lembrado que a redação era colaborativa e que havia a necessidade de fazerem juntos; assim, eles se reorganizaram e conseguiram terminá-la.

O resultado foi este dessa primeira redação (apenas com o conhecimento prévio que tinham):

A injustiça e a desigualdade social, vem trazendo diversos problemas e dificuldades para muitas pessoas nos dias de hoje. O caso de João, retrata exatamente o que acontece com muitos de nossos jovens, que enfrentam dificuldades para alcançar seus sonhos e objetivos por decorrência da falta ou de pouca disponibilidade de emprego, da dificuldade de se manter em uma universidade longe de sua cidade, e também de conseguir conciliar seu estudo em tempo integral com algum trabalho nas horas que não está estudando.

O problema retratado da vida do João é facilmente encontrado em várias partes do nosso país, até mesmo na nossa própria cidade. João é um jovem que sonha em se tornar um grande médico um dia, mas, com o problema de desemprego de seus pais que hoje vivem do surgimento de pequenos ‘bicos’, seu sonho parece cada vez mais distante.

Sempre foi um aluno dedicado, com boas notas, se destacando sempre, e através desse seu esforço conseguiu entrar no curso de Medicina na cidade de Londrina/PR, na Universidade Estadual de Londrina (UEL) através do ENEM, onde conseguiu uma nota de 891,05, sendo assim tendo uma grande chance de se tornar o grande médico que sempre sonhou.

Porém seu problema vai muito mais além, por conta do desemprego do seus pais, muitas vezes João não tinha nem comida na mesa e sua única refeição era a que a escola oferecia no intervalo, e pensando nisso, como ele conseguiria se manter em uma cidade onde não conhece ninguém, não tem um trabalho, nem mesmo uma moradia?

Outro problema também é que o curso de Medicina é integral, porém, se ele conseguisse arrumar um trabalho não teria um bom retorno mensal.

Tudo isso tem um por que: a falta de investimento!

A Usina da região em que seu pai trabalhava, foi fechada, e com isso, inúmeras pessoas ficaram desempregadas, inclusive seus pais, assim dificultando a vida de sua família.

Com isso, João não conseguiria cursar sua faculdade por vários problemas. Tais eles como lugar para morar, como se alimentar, ou até mesmo se ele continuasse morando aqui como ele iria para lá todos os dias, com seus pais estando desempregados e apenas fazendo bicos de vez em quando, então não teriam dinheiro para pagar uma van já que mal conseguem ter comida em casa.

Muitas vezes não imaginamos o quão difícil é se manter em outra cidade ou mesmo na sua própria cidade natal, e como é difícil conseguir seguir os nossos sonhos.

Infelizmente o problema de João não é diferente de muitos pois o desemprego dos brasileiros é uma realidade dos nossos dias atuais e a falta de ajuda a estudantes universitários também.

Algumas soluções que podem ajudar João a se manter na faculdade é: usar de suas janelas da faculdade para trabalhar fora e conseguir se manter no curso, ou até mesmo tentar arranjar um emprego na própria faculdade, isso pode ajudá-lo por um breve momento, mas não resolveria sua situação, e também, ele pode recorrer à ajuda de sua comunidade em relação à moradia e alimentação e indo também atrás de ONGs que se especializam nesses tipos de problema, além dessas idéias, algo que poderia ajudar nesse caso é a cidade ir em busca de soluções que poderiam resolver a causa do desemprego na cidade reabrindo a usina.

No começo ele poderá enfrentar diversas dificuldades, e muitas delas não terão uma solução imediata, mas com todas as soluções já apresentadas, João poderá conseguir realizar seus objetivos.

Nesse dia também dois dos cinco integrantes do grupo dois estavam presentes, foi explicado e auxiliado como deveriam fazer e, dessa forma, iniciaram a escrita no Google Docs. Contudo, também não conseguiram terminar.

Antes do término dessa sessão, foi explicado ao grupo um que o próximo passo seria o estudo individual. Portanto, de acordo com as ideias que tiveram e apontaram no quadro referencial, na aba “estratégias de pesquisa”, eles deveriam buscar materiais que os auxiliassem a alcançar os objetivos para a solução do problema um (Mamede, 2001).

O próximo encontro deveria ocorrer dali a uma semana, mas eles tinham outra programação com a escola, por isso não poderiam comparecer. Então ficou marcado que a nossa próxima aula seria dali duas semanas e que, portanto, teriam um bom tempo para realizarem o estudo individual, reafirmando a importância dele.

Durante esse intervalo, os alunos do grupo dois entraram em contato pelo grupo do WhatsApp e disseram que não poderiam participar mais. Tentou-se argumentar sobre a importância do projeto, mas mesmo assim eles desistiram. Procurou-se intervir ao máximo para fazer com que eles mudassem de ideia, inclusive fazer em outro horário com eles, mas infelizmente não conseguiu arrumar um que todos eles pudessem.

Quando chegamos a quarta sessão, eles relataram o que haviam pesquisado, inclusive muito empolgados, encontraram uma forma de ajudar “João”. Eles disseram que descobriram que havia um auxílio estudantil para alunos que se encontram na mesma situação dele. Também pesquisaram que os Direitos Humanos garantem o acesso ao ensino superior e não apenas até o ensino médio.

Antes de começarem a escrever a redação, foram disponibilizadas a eles algumas referências bibliográficas que poderiam ajudá-los na escrita e junto foi passada uma reportagem de um programa televisivo sobre um jovem que, apesar de não ter condições, conseguiu cursar

medicina. E, em conjunto, para contribuir ainda mais foi usado um objeto educacional em forma de vídeo denominado “Reflexo”, com o intuito de mostrar a importância da educação na vida das pessoas. Após assistirem aos vídeos e acessarem os links, retornaram aos computadores para refazer a redação.

Importa destacar que eles produziram em conjunto de novo esta redação, e ao contrário da primeira vez, esta foi bem mais rápida, porque já estavam mais adaptados ao trabalho colaborativo.

Ao comparar a primeira redação com a segunda, constatou-se que os alunos conseguiram captar a ideia de uma aprendizagem autodirigida. Inclusive o relato do aluno A3, quando indagado sobre a autonomia do aprendizado, eles reportaram que: “Em outras situações eu não iria atrás de algumas soluções, mas com esse método eu comecei a ter mais interesse de buscar uma resolução”. Isso demonstra que o método os motiva na pesquisa, dando a eles mais autonomia na busca do conhecimento (Torp; Sage, 2002).

O despertar dos alunos para solucionar os problemas e a recepção da metodologia foi tão bem aceita, sendo que ao final observou-se que os estudantes estavam bem mais espontâneos, relatando suas vivências, apontando as dificuldades que tinham no aprendizado regular e até alguns problemas pessoais. Isso fez lembrar Freire (1967, p. 114) quando fala sobre a importância da relação professor-aluno, e como o diálogo é importante para a construção do conhecimento:

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.

Nos dizeres de Freire (1967), o vínculo que o diálogo e a efetividade criam nessa relação, que se dá de forma horizontal, proporciona uma educação transformadora, porque o saber do professor se interliga ao saber dos alunos e nesse processo de troca, ambos saem ganhando, pois o professor ensina aprendendo e o aluno aprende ensinando.

## **5 ANÁLISE DOS DADOS SEGUNDO AS CATEGORIAS**

Como descrito na metodologia, a análise dos dados coletados foi realizada conforme as seguintes categorias:

1. Construção de conhecimento em Direitos Humanos (DH)

2. Capacidade de resolução de problemas

3. Trabalho colaborativo

Na primeira categoria, construção de conhecimento em DH, foi analisado se os estudantes conseguiram compreender na íntegra o que são DH, saindo daquele entendimento “senso comum” que tinham e verificar se conseguiram compreender a dimensão do que os DH representam para todos.

Já na segunda categoria, capacidade de resolução de problemas, foi observado se o PBL aumentou a capacidade dos alunos de solucionar problemas.

Na terceira, trabalho colaborativo, investigou-se a importância do trabalho em equipe, como foi o comportamento da equipe durante as sessões, se houve colaboração de todos os integrantes da equipe.

## 5.1. CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EM DIREITOS HUMANOS

A primeira categoria emergiu inicialmente devido à importância que todos os indivíduos têm em saber o real sentido dos DH, e por conta disso se propôs, por meio do PBL, trabalhar os DH. Desse modo, as informações foram pautadas nesta seção nas observações, nos comentários e nos documentos coletados durante a intervenção.

Pôde-se notar que, de início, todos os participantes tinham um conhecimento muito limitado sobre o que realmente são os DH. Durante as primeiras sessões, eles explicitaram que DH significava apenas um direito das minorias, ou seja, que servia somente para resguardar àqueles que não possuem condições de uma vida digna. Claro que os DH têm também esse papel garantidor, contudo não é somente isso. Como já dito, esses direitos garantem a dignidade humana e nesse contexto abrangem todo e qualquer indivíduo.

A importância de uma EDH surge com a finalidade de despertar nos alunos o interesse em conhecer seus direitos, por isso acaba sendo uma tarefa um pouco complexa, necessitando de mudanças no comportamento de todos os sujeitos que compõem o processo de ensino e aprendizagem. O professor precisa mudar seu papel de depositário para mediador e os alunos precisam mudar sua maneira passiva para ativa na busca do conhecimento. Uma educação voltada para DH deve ser uma educação para uma prática libertadora (MAGRI, 2010).

Segundo Candau (2009), para que haja uma efetiva EDH, há a necessidade de se trabalhar temas que levem em consideração o interesse do grupo, mas sempre ligado a um contexto social amplo, relacionado à problemática e aos conceitos dos DH.

Destarte, foi possível confirmar que eles conseguiram compreender o que realmente são

os DH e a importância de uma EDH, pois o estudante A1 comentou “Com os direitos humanos nós podemos fazer deste uso para recorrer a bens que temos direito, mas não sabemos por não conhecermos esse tipo de estudo”. Já o aluno A4 disse que: “Muitas vezes nós não reivindicamos os nossos direitos porque realmente não conhecemos os direitos que estão na Constituição, e por meio desse aprendizado podemos conhecer e entender melhor nossos direitos”.

Outro ponto relevante na construção desse conhecimento é que eles entenderam que os DH não se resumiram apenas aos que foram apresentados em sala de aula, mas despertou uma curiosidade a ponto de se proporem a buscar novos saberes.

Nota-se que essa metodologia propicia uma mudança no comportamento desses alunos. Eles começam a ter autonomia, não esperam mais as respostas dadas, mas expressam, sem medo, suas opiniões, participam ativamente das aulas (DELISLE, 2000). Inclusive, ao compararmos a primeira e a última redação feita por eles, é notória a compreensão que eles obtiveram sobre DH.

Por meio das evidências, constatou-se que a metodologia PBL pode contribuir para a construção do conhecimento em DH auxiliando esses alunos a se tornarem um cidadão de facto e diante disso, destaca-se a importância de desenvolver uma EDH aliada a metodologias que possibilitem uma autonomia ao aluno. Aliás, além de proporcionar a construção do conhecimento, essa metodologia ajudou-os a trabalhar em conjunto, respeitando as opiniões e, conseqüentemente, respeitando o direito do outro.

## 5.2. CAPACIDADE DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Esta seção tem como objetivo apresentar os relatos, as observações e os comentários que validam ou não a legitimação do PBL como metodologia que capacita os alunos na resolução de problemas, uma vez que esse método tem como viés que o ensino ocorra por meio das soluções a fim de preparar os alunos para a vida. A respeito disso, Dewey (1959, p. 169) afirma que:

E um exame honesto dos métodos que dão sempre resultados na educação formal [...], revelará que a sua eficácia depende da circunstância de reproduzirem de certo modo o tipo das situações que, fora da escola, na vida ordinária, provocam a reflexão. Todos esses métodos dão aos alunos alguma coisa para fazer e não alguma coisa para aprender; e o ato de fazer é de tal natureza que exige a reflexão ou a observação intencional das relações; daí, naturalmente, resulta aprendizagem.

O problema utilizado foi criado levando em conta o contexto dos alunos, em que eles precisavam ter conhecimentos prévios, e relacioná-los com os novos, buscando novas estratégias de soluções para o problema. Por isso, a importância que existe na composição do problema, que precisa ter contextos reais, a fim de ser relevante para suas vidas.

No decorrer das intervenções pôde ser notado que, inicialmente, eles não estavam habituados a resolver problemas dessa forma, pois estavam acostumados a resolver questões para memorizar matérias, e não para compreender a necessidade daquilo (DELISLE, 2000). No início da sessão um, isso pôde ser observado, pois, ao ser apresentado o problema a eles, ficaram meio sem jeito para resolvê-lo. Procuraram soluções simples a ponto de dizerem que “João” deveria desistir. Porém, aos poucos, eles foram entrando no ritmo da metodologia. Foi possível notar por meio do quadro referencial quando eles apontaram primeiramente o que precisavam saber para resolver o problema e depois quando planejaram como iriam buscar as respostas para solucionar o problema um.

Assim, notou-se, de acordo com a opinião dos alunos, que todos buscaram realizar o estudo individual para conseguir resolver os problemas.

Outro fator que possibilitou averiguar se os alunos obtiveram a capacidade de resolver os problemas foi quanto ao material que trouxeram para a sala. Isso pode ser notado primeiramente na fala do aluno A3, que, ao chegar na quarta sessão, após o estudo individual, relatou que eles haviam encontrado uma solução para o problema de “João”. Como já mencionado, eles descobriram que existe uma bolsa para alunos que mesmo tendo passado no vestibular não poderiam cursar devido à falta de condições financeiras para se manterem, essa bolsa denomina-se “auxílio estudantil”. Também mostraram os links que haviam pesquisado para conseguir mais respostas sobre quais são nossos direitos quanto à educação.

Os comentários dos alunos evidenciaram que eles foram motivados para resolver os problemas quando foram questionados. Segundo A1: “Sim, pois são problemas que muitas das vezes estão ao nosso redor e nós nem percebemos”. Demonstrando a importância dos problemas serem relacionados com o cotidiano dos alunos e como isso afeta o aprendizado, o aluno A2 relatou : “Eu consegui ter uma visão mais ampla de como poderia ser se eu estivesse no lugar deles”.

Isso acontece porque o PBL, por meio do problema, procura estabelecer um liame com os alunos, fazendo com que eles dediquem atenção e tempo para resolver, pois agora eles não leem uma história e respondem questões as quais o professor já deu indicações, mas precisam cumprir uma tarefa para melhorar a vida de outras pessoas, porque aquela situação também poderia ser a deles (DELISLE, 2000).



As anotações feitas no roteiro de observação em cada aula reforçam essa categoria. Nos problemas que foram expostos a eles, foi observado que o grupo conseguiu a habilidade de resolução de problemas, pois estavam ligados a realidade deles. Os comentários dos alunos, portanto, evidenciam a importância que tem o problema ser ajustado às situações relacionadas ao cotidiano dos alunos e como essa metodologia faz diferença no aprendizado deles.

### 5.3. TRABALHO COLABORATIVO

A colaboração é indispensável para obtenção de outras habilidades importantes. Ao saírem da escola e adentrarem ao mercado de trabalho, os alunos possivelmente encontrarão situações em que precisarão compartilhar informações e saber interagir com seus pares. Há a necessidade, portanto, de que aprendam a trabalhar de forma colaborativa, pois as habilidades necessárias não advêm da simples formação dos grupos, mas elas precisam ser desenvolvidas, e é isso que a metodologia PBL proporciona.

Assim, a aprendizagem colaborativa pode ser entendida como um estudo coletivo, que resulta da troca entre pares, seja por meio das discussões e debates, reflexões, questionamentos e também das atividades práticas, nas quais o professor age como mediador, um guia. Já os alunos têm uma corresponsabilidade com seus colegas no processo de ensino e aprendizagem (TORRES, 2007).

Ao observar a intervenção, verificou-se que as discussões em grupo e a tentativa de resolver as situações-problemas permitiram aos alunos uma construção de conhecimento colaborativo, pois, ao encontrarem dificuldades, eles se ajudavam, entretanto, de início, tiveram certa dificuldade em escrever juntos a redação. A inferência foi constatada pelo roteiro de observação, quando deram início na escrita da primeira redação do problema um, em um determinado momento, ficou apenas um aluno escrevendo, os demais ficaram conversando coisas aleatórias. Mas, ao notarem que seu colega continuava a desenvolver a escrita, pararam com as conversas e voltaram imediatamente a colaborar. Nas demais redações isso não aconteceu. Todos mudaram sua postura frente à forma de escrever, a primeira redação do problema dois foi feita com outra “sintonia”, tanto que mencionaram que foi muito mais fácil escrevê-la.

A aprendizagem colaborativa também promoveu uma mudança no comportamento da professora, uma vez que como os alunos auxiliavam uns aos outros, ela passou a guiar o aprendizado por intermédio das mediações nas discussões e intervindo apenas quando necessário.

Dessa maneira, os alunos passaram a ter uma postura mais ativa, assumindo uma maior responsabilidade pelo aprendizado. Um exemplo disso foi que ao analisar as pesquisas que realizaram durante o estudo individual, no problema, eles trouxeram apenas reportagens. Já no problema dois, além das pesquisas realizadas na internet, o aluno A5 realizou uma visita na Prefeitura Municipal da cidade para saber se havia projetos ligados à garantia do Direito à Moradia, mostrando que o engajamento para solucionar os problemas também foi afetado pelo trabalho colaborativo.

Durante as intervenções, houve várias situações em que o PBL proporcionou um ambiente mais democrático. Como as atividades são realizadas em pequenos grupos, e por meio das discussões os alunos buscam solucionar os problemas, o esforço colaborativo se torna algo extremamente importante, uma vez que eles se ajudam nos esclarecimentos das suas dúvidas, e também proporciona a habilidade de ouvir criticamente os pares, sem exercer domínio, ou seja, que sua ideia seja sempre aceita, mas colabora para que todos apresentem suas ideias de forma lógica (TOMAZ, 2001). O aluno A2 inclusive relata sobre isso : “Sempre que apresentado um problema ao nosso grupo sempre buscávamos junto resolvê-lo, fazendo assim com que minha participação fosse necessária para podermos sempre apresentar pontos diferentes de resolução”.

Na busca para solucionar os problemas, durante as atividades, observou-se que, em geral, todos procuraram respeitar as opiniões de seus colegas, tentando sempre ouvir todas as opiniões e discutindo-as até chegarem ao consenso do que deveria ser pesquisado ou ainda sobre as possíveis soluções do problema. A3, relata que foi um bom ouvinte durante as interações, relatando “Tentei ao máximo ouvir o que os meus colegas de grupo falavam e procurava sempre entender o que ele estava dizendo”. Também ficou clara a relevância do trabalho colaborativo nesse tipo de aprendizagem, pois o aluno A4 comentou que: “Fiz o possível, porém tentei buscar as soluções através das perguntas de meus colegas”. Pode-se evidenciar com essa fala que o trabalho colaborativo ajuda na construção do conhecimento, por conta do feedback recorrente dos colegas tanto nas discussões como nas tentativas de solucionar os problemas. Dewey (1978, p. 19-20) relata que a comunicação é um agente transformador de conhecimento:

Ora, comunicação é educação. Nada se comunica sem que os dois agentes em comunicação – o que recebe e o que comunica – se mudem ou se transformem de certo modo. Quem recebe a comunicação tem uma nova experiência que lhe transforma a própria natureza. Quem a comunica, por sua vez, se muda e se transforma no esforço para formular a própria existência. Há assim uma troca, um mútuo dar e receber. Neste sentido, toda relação social que seja realmente para a vida e participada é educativa para os que dela partilham.

Assim, pelas evidências, pode-se constatar que o PBL contribui significativamente para o desenvolvimento do trabalho colaborativo. Porém, é importante relatar que o grupo foi o mesmo nos dois problemas, haja vista não contarmos com mais participantes e dessa maneira, todos desse grupo se empenharam nas pesquisas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa desenvolveu-se com o objetivo de analisar como o PBL pode auxiliar na construção do pensamento crítico reflexivo no que se refere aos DH.

Por meio do método materialista histórico dialético buscou-se elementos que pudessem esclarecer as seguintes questões: Como podemos implementar a temática, discutindo-a a partir de situações-problemas de nosso cotidiano? Quais as implicações da aplicação do PBL junto ao público jovem para a aquisição de conhecimento referente aos DH? Vale ressaltar que para responder essas questões levou-se em conta o contexto no qual o PBL foi empregado, bem como a maneira em que foi aplicada a intervenção.

Por meio deste estudo, pôde-se concluir que o PBL proporcionou por meio da situação-problema a construção do conhecimento em DH, sendo que os estudantes conseguiram estabelecer relações significativas para apresentar soluções.

Nesta pesquisa, a EDH teve como método uma forma que proporcionou aos alunos um aprendizado ativo, pois não foram apresentados apenas conceitos sem estabelecer um liame com a vida real, as situações problemas em que o PBL está embasado implicou para esses jovens habilidades a mais do que estavam acostumados.

Além da compreensão do que realmente significa DH, por meio dessa metodologia, eles vivenciaram uma experiência nova na qual não são mais agentes passivos, ao contrário, podem buscar soluções para diversas situações.

Puderam também compreender que os Direitos Humanos vão muito além do que eles estavam acostumados a pensar e diante disso se tornarem pessoas em busca de novos saberes, não permitindo mais que seus direitos sejam violados, e na falta de conhecimento, ou de não saber lidar com determinado problema, eles eram ativos, pesquisando e buscando compreender quais eram suas garantias.

Avaliar o impacto da presente pesquisa para o ambiente educacional implica resumir tudo o que foi apresentado nesta pesquisa anteriormente. Contudo, de maneira geral, podemos concluir que a ideia desta pesquisa é mostrar a importância de uma educação genuína para os DH. Diferente da maioria dos estudos nesta área, esta pesquisa, por ter sido uma intervenção,

procurou não apenas apresentar aos alunos conceitos sobre DH, uma vez que eles não eram alunos do curso de Direito, e sim alunos do ensino médio. Dessa maneira, coube apresentar de forma dinâmica a importância deles saberem mais sobre seus direitos como cidadãos. A intenção não foi simplificar uma questão tão complexa como os Direitos Humanos, mas, por meio dos resultados obtidos com a pesquisa, vislumbra-se que uma nova cultura de aprendizado foi despertada nesses jovens, educando em/para os Direitos Humanos, aliados a uma metodologia ativa que busca a participação democrática e a construção de um cidadão crítico, participativo, capaz de resolver problemas, interagir, trocar ideias, sendo autônomo e reflexivo.

## 7 REFERÊNCIAS

- ALTINO FILHO, H. V.; ALVES, L. M. N.; SILVA, C. L. As metodologias ativas como instrumentos otimizadores à travessia do indivíduo de jure ao indivíduo de facto. In: **Seminário Científico Da Fagic**. 2., 2017, Manhuaçu, MG. Anais [...]. Manhuaçu, MG: FACIG, 2017. Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiarociencia/articulo/download/398/330>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- BAUMAN, Z. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BENEVIDES, M. G.; DE AMORIM, R. F.; REGO, E. C. Educação Em Direitos Humanos E Ensino Superior: Uma Análise Do Currículo E Da Formação Docente Nas Licenciaturas Do Instituto Federal Do Ceará. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 33, n. 104, p. 291–322, 2018. DOI: 10.21527/2179-1309.2018.104.291-322. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/articulo/view/6985>. Acesso em: 17 jan. 2023.
- BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/articulo/view/10326/10999>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jun. 2018.
- BRASIL. Decreto nº 1904, de 13 de maio de 1996. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1904.htm) Acesso em: 15 jun. 2018.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.. **Caderno de educação em direitos humanos: diretrizes nacionais**. Brasília: SDH-PR, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 01 maio 2018.

- CANDAU, V. M. Educação e direitos humanos, currículo e estratégias pedagógicas. [2009]. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau\\_dh\\_curriculo\\_estrategias\\_pedagogicas.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_dh_curriculo_estrategias_pedagogicas.pdf). Acesso em: 15 dez. 2018.
- COELHO, F. E. S. Primeiros passos na aprendizagem baseada em problemas. Natal, RN. In: **Congresso Regional Sobre Tecnologias Na Educação**. 2016, Natal, RN. Anais [...]. Natal: UFRGN, 2016.
- DEELMAN, A.; HOEBERIGS, B. A ABP no contexto da universidade de Maastricht. In: ARAÚJO, U. F.; SASTRE, G. (org.). **Aprendizagem baseada em problemas no ensino superior**. São Paulo: Summus, 2009. p. 79-100.
- DELISLE, R. Como realizar a aprendizagem baseada em problemas. Lisboa, Portugal: Edições Asa, 2000.
- DEWEY, J. Democracia e educação: introdução à filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1959.
- DEWEY, J. Vida e educação. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- LOPES, R. M.; ALVES, N. G.; PIERINI, M. F.; SILVA FILHO, M. V.. Características gerais da aprendizagem baseada em problemas In: LOPES, R. M.; SILVA FILHOS, M. V.; ALVES, N. G. (org.). **Aprendizado baseado em problemas: fundamentos para a aplicação no ensino médio e na formação de professores**. Rio de Janeiro: Publiki, 2019.
- MAGRI, C. A. Educação em direitos humanos: uma abordagem a partir de Paulo Freire. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/713>. Acesso em: 07 maio 2019.
- MALHEIRO, J. M. S.; DINIZ, C. W. P. Aprendizagem baseada em problemas no ensino de ciências: Mudando atitudes de alunos e professores. Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, v. 4, n. 7/8, p.1-10, jul./dez. 2007/ jan./ jun. 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/43076/Downloads/1721-6986-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/43076/Downloads/1721-6986-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 05 mar. 2019.
- MAMEDE, S. Aprendizagem baseada em problemas: características, processos e racionalidade. In: MAMEDE, S.; PENAFORTE, J. (org.). **Aprendizagem baseada em problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional**. Fortaleza: Hucitec, 2001. p. 25-48.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. A declaração universal dos direitos humanos. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- PIERINI, M. F. Aprendizagem baseada em problemas e em casos investigativos construindo e avaliando possibilidades de implementação no Ensino Médio. 2015. Dissertação (Mestrado

em Ciências) – Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

RIZZI, E.; GONZALEZ, M.; XIMENES, S. Direito humano à educação. **Cartilha Educação e Justiça**. Curitiba: Plataforma Dhesca Brasil, 2009. v. 4 Disponível em: <http://www.bdae.org.br/bitstream/123456789/2381/1/cartilhaeducacaoacaojustica.pdf> Acesso em: 14 fev. 2019.

SCHMIDT, H. G. As bases cognitivas da aprendizagem baseada em problemas. In: MAMEDE, S.; PENAFORTE, J. (org.). **Aprendizagem baseada em problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional**. Fortaleza: Hucitec, 2001. p. 79-108.

SANTOS, J. M. C. T.; PEREIRA, S. P. de O. ENSINO EM DIREITOS HUMANOS: CONSIDERAÇÕES NO CONTEXTO DA PRÁTICA. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 33, n. 106, p. 158–177, 2018. DOI: 10.21527/2179-1309.2018.106.158-177. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7020>. Acesso em: 17 jan. 2023.

SILVA, F. C. Proposta de avaliação formativa aplicando aprendizagem baseada em problemas (ABP) no ensino médio. 2017. . Dissertação (Mestrado em Projetos Educacionais de Ciências) - Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Lorena, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/97/97138/tde-21112017-135922/en.php>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SOUSA, S. O. Oficina Formação para utilização da aprendizagem baseada em problemas e pedagogia de projetos - Metodologias Inovadoras. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ADAPTAÇÕES (SEIA) 6.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (SIEaD) 4., 2017. Presidente Prudente. Anais [...]. Presidente Prudente: UNESP, 2017.

TOMAZ, J. B. O papel e as características do professor. In: MAMEDE, S.; PENAFORTE, J. (org.). **Aprendizagem baseada em problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional**. Fortaleza: Hucitec, 2001. p. 157-182.

TORRES, P. L. Laboratório on-line de aprendizagem: uma proposta crítica de aprendizagem colaborativa para a educação. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 27, n. 73, p. 335-352, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n73/06.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

TORP, L.; SAIGE, S. Problems as possibilities: problem-based learning for k-16 education. 2. ed. Alexandria, Virginia, EUA: [s.n.], 2002.